

VOCAÇÃO PORTUÁRIA DO NORTE DO RJ

Porto do Açu tornou-se o segundo maior do país, com crescimento de 14%. Por Ranulfo Vidigal, **página 2**

TRIBUNAIS E LITÍGIOS FINANCEIROS

A aplicação do CDC vem sendo relativizada pela justiça. Por Tamiris Poit e Talita Oliveira, **página 4**

RELATO DA PREPOTÊNCIA MILITAR

Para militares, civis devem respeitar ‘autoridade’ com base em autoritarismo. Por Gustavo Biscaia, **página 2**

Cesta básica ficou mais cara somente em 1 de 27 capitais

O valor do conjunto dos alimentos básicos diminuiu em 26 das 27 capitais brasileiras, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Entre junho e julho de 2026, as quedas mais importantes ocorreram em Natal (-7,95%), Maceió (-7,87%), Belo Horizonte (-7,44%), Palmas (-7,38%), Rio de Janeiro (-7,12%), Brasília (-6,71%), João Pessoa (-6,65%), Salvador (-6,59%), Fortaleza (-6,39%), Florianópolis (-6,28%) e Cuiabá (-6,04%). A única alta foi registrada em São Luís, 0,30%.

A comparação dos valores da cesta, entre julho de 2025 e julho de 2026, mostrou que o custo aumentou em 22 capitais e caiu em outras cinco. As altas variaram entre 0,74%, em Recife, e 8,33%, em Cuiabá. As quedas mais expressivas ocorreram em Natal (-2,26%), Brasília (-1,46%) e São Luís (-1,18%).

No acumulado de janeiro a julho de 2026, as 27 capitais registraram alta nos preços da cesta básica.

Com base na cesta mais cara, que, em julho, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em julho de 2026, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 7.687,01 ou 4,74 vezes o mínimo reajustado em R\$ 1.621.

Em junho, o valor necessário era de R\$ 8.110,92 e correspondeu a cinco vezes o piso mínimo. Em julho de 2025, o mínimo necessário deveria ter ficado em R\$ 7.274,43 ou 4,79 vezes o valor vigente na época, que era de R\$ 1.518.

Em julho de 2026, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica nas 27 capitais pesquisadas foi de 100 horas e 24 minutos, menor do que o registrado em junho, quando ficou em 105 horas e 51 minutos. Já em julho de 2025, a jornada média foi de 103 horas e 40 minutos.

BC programa Pix Internacional e novas funções de crédito

Agenda de evolução inclui duplicatas e recebíveis

O Banco Central (BC) divulgou nesta segunda-feira a segunda edição do Relatório de Gestão do Pix, documento que apresenta os principais avanços do ecossistema entre 2023 e 2025 e os resultados alcançados. Um dos pontos mais importantes é a perspectiva para evolução nos próximos anos, com uma agenda de novos produtos e funcionalidades, entre eles a inserção internacional do Pix.

“No rol de ações voltadas à ampliação dos casos de uso do Pix, o BC acompanha os diversos modelos de transações transfronteiriças que vêm sendo implementados pelos agentes privados, em parceria com instituições de outras jurisdições, que já estão viabilizando o uso do Pix por brasileiros em outros países e o uso do Pix no Brasil por não residentes a partir

dos aplicativos de instituições estrangeiras”, explica o relatório.

“Além do monitoramento desses modelos, o BC avalia a interligação do Pix com sistemas de pagamentos instantâneos de outras jurisdições. Estão em discussão tanto interligações bilaterais como a participação em hubs multilaterais.”

“Essas interligações permitiriam a realização de remessas internacionais e de transações de compra com disponibilização dos recursos em moeda local em poucos segundos. A interligação de sistemas de pagamentos instantâneos tem o potencial de diminuir as tarifas, aumentar a velocidade, ampliar o acesso e melhorar a transparência de transações transfronteiriças”, destaca o Banco Central.

Apesar de o BC não citar, uma

das iniciativas para negociações entre países é o projeto Nexus, que foi liderado pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) e prevê a conexão do Pix a sistemas de pagamento instantâneo de cerca de 60 nações.

Ao completar cinco anos de funcionamento, o Pix consolidou-se como uma das principais infraestruturas públicas digitais do país. Em 2025, foram realizadas quase 80 bilhões de transações, movimentando mais de R\$ 35 trilhões; 148 milhões de pessoas e 12,8 milhões de empresas fizeram ou receberam pelo menos um Pix.

A quantidade de pessoas representa cerca de 86% da população adulta brasileira. Atualmente, existem mais de 920 milhões de chaves Pix cadastradas, referentes a mais de 162 milhões de pessoas e a mais de 16 milhões de empresas.

Huang Zongzhi/Xinhua

Porto de Ningbo, na China, início da rota até a Europa pelo Ártico

China lança primeiro serviço regular de contêineres pela Rota da Seda do Gelo

A Sea Legend lançará o primeiro serviço regular de contêineres pelo Ártico, reduzindo pela metade o trajeto entre China e Reino Unido, enquanto o derretimento do gelo e tensões no Mar Vermelho impulsionam o interesse por rotas polares, apesar dos riscos ambientais e operacionais crescentes.

De acordo com a mídia britânica, o Ártico ganha força como rota alternativa entre Europa e Ásia, impulsionado pelo derretimento do gelo e pela busca de caminhos que evitem gargalos marítimos. Nesse contexto, a chinesa Sea Legend lançará o primeiro serviço

regular de contêineres pela região, ligando Ningbo a Felixstowe pela chamada Rota da Seda de Gelo.

A nova rota promete reduzir pela metade a duração em relação ao trajeto tradicional de 40 dias, beneficiada pelo aumento de transitos na Rota Marítima do Norte, que registrou 23 passagens no último verão (Hemisfério Norte). O gelo marinho recua o suficiente nessa época para permitir navegação sem quebra-gelos, ampliando o interesse comercial.

A escolha pelo Ártico também reflete as tensões no Mar Vermelho, aponta a mídia, onde ataques dos houthis reacenderam riscos e

pressionaram o preço do petróleo. Para empresas de navegação, a rota polar surge como alternativa para evitar zonas de conflito e reduzir custos, segundo especialistas em riscos marítimos consultados pela apuração, relata a agência de notícias russa Sputnik.

A Rota Marítima do Norte, controlada pela estatal russa Rosatom, exige permissões específicas e segue diretrizes que variam conforme as condições do gelo. Apesar do potencial logístico, grandes empresas europeias ainda evitam a rota, especialmente pela relação com a Rússia em função do conflito ucraniano.

Lula oferece auxílio à Colômbia após o terremoto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou solidariedade, nesta segunda-feira, às vítimas do forte terremoto que atingiu a Colômbia e colocou-se à disposição das autoridades colombianas para auxiliar o país nos esforços de resposta à emergência.

“Em nome do povo brasileiro, expresso minha solidariedade ao povo colombiano, especialmente às famílias das vítimas e a todos os afetados pelos tremores”, escreveu Lula da Silva na rede social X.

O presidente ressaltou que “o Brasil permanece à disposição da Colômbia para prestar o apoio necessário”.

Até o momento, não foram identificados brasileiros entre as vítimas, informou o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), destacando que a equipe consular permanece à disposição para prestar assistência a cidadãos brasileiros em situações de emergência.

“O Brasil acompanha atentamente os esforços de busca e assistência às populações afetadas e manifesta sua prontidão para colaborar”, afirmou o Itamaraty em comunicado.

O governo colombiano declarou situação de desastre nacional nesta segunda-feira, após um poderoso terremoto de magnitude 7,4 que abalou grandes áreas do país pela manhã, deixando — segundo dados preliminares — pelo menos 111 mortos, graves danos à infraestrutura e prédios desabados.

COTAÇÕES	
Dólar Comercial	R\$ 5,1100
Dólar Turismo	R\$ 5,3000
Euro	R\$ 5,9000
Iuan	R\$ 0,7600
Ouro (gr)	R\$ 714,88

ÍNDICES	
IGP-M	-1,16% (julho)
	-0,50% (junho)
IPCA-E	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,25%
Hot Money	0,63%

A vocação portuária do Norte Fluminense

Por Ranulfo Vidigal

Na atual divisão internacional do trabalho, nosso país se especializou na produção de matérias primas para exportação, com destaque para petróleo, minério de ferro, etanol e alimentos. Essa realidade transforma o território com vantagem relativa para implantar estruturas de logística portuária, num ponto central para atrair capitais interessados em investir e aportar recursos que se tra-

duzem em renda, empregos e impostos. Nesse contexto, o Porto do Açu é um grande investimento em infraestrutura portuária. Seu lançamento oficial ocorreu no final de 2006. A construção teve início em outubro de 2007, com a operação iniciada em 2012. O projeto foi idealizado como um impulsor do desenvolvimento regional. Em 2025, o complexo logístico movimentou 89 milhões de toneladas tornando-se o segundo porto do país.

O incremento de 14% em relação ao ano anterior teve a contribuição da exportação de petróleo e minério de ferro. O total de divisas atingiu US\$ 16 bilhões. **Porto do Açu tornou-se o 2º maior do país, com crescimento de 14%** O dinamismo da região Norte Fluminense pode ser comprovado pelas estatísti-

cas de emprego formal criado pelo setor privado e registradas pelo Caged/MTE. Nos últimos quatro anos, o contingente de vagas com carteira assinada somou 50 mil contratações. Na onda de investimentos no segmento logístico, ganha destaque um complexo com localização na divisa entre Campos dos Goytacazes e Quissamã, dois municípios da zona principal da produção de petróleo. O empreendimento, cuja operação está prevista para 2027/2028, prevê a construção de um

terminal portuário e um estaleiro para reciclagem de embarcações. A área de 1 milhão de metros quadrados está localizada no Canal das Flexas, em Barrado Furado. Na operação, o complexo pode gerar 800 empregos diretos. O mercado em expansão impulsiona o projeto. Os estudos de prospecção estimam que, até 2035, em torno de 4 mil navios precisem ser reciclados no mundo – o dobro do volume atual. Esse movimento pode representar

US\$ 10 bilhões em investimentos. Por outro lado, o descomissionamento de plataformas offshore pode movimentar até US\$ 16 bilhões até 2030. Diante deste quadro, uma preocupação legítima posta na mesa é a necessidade de investimentos em duplicação das estradas federais e estaduais e a imprescindível chegada de um ramal ferroviário ligando o Norte Fluminense ao resto do país.

Ranulfo Vidigal é economista.

Relato da prepotência militar

Por Gustavo Biscaia de Lacerda

Nesta coluna eu apresento reflexões sociais, políticas e morais, sempre com um caráter geral; raras vezes (se é que o fiz em qualquer ocasião) fiz comentários especificamente pessoais. Mas toda regra tem exceções; assim, aproveito esta coluna para expor um lamentável episódio que recentemente aconteceu comigo. Julgo que este artigo será mais eficaz que denúncias junto ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Militar e/ou à Ouvidoria Pública Federal. Na noite de 29 para 30 de julho, pouco depois da meia-noite, eu viajava de ônibus de Foz do Iguaçu para Curitiba. Na altura de Cascavel, o ônibus foi parado por uma blitz do Exército. Minha estada em Foz tinha sido ruim, eu estava cansado, com sono, de mau humor e ainda fui acordado por um tapa na perna dado por um “reco”. (“Reco” é a gíria depreciativa que se refere aos soldados recrutas. Como tal sujeito foi prepotente e recusou-se a dizer seu nome e patente, é justo que eu trate-o por “reco”). O “reco” que me acordara com um tapa foi perguntando a cada passageiro para onde viajava, o que fizera em Foz do Iguaçu, o que fazia da vida; todos respondendo com temerosa submissão.

Novamente: cansado, com sono, irritado, acordado com um tapa. Além disso, como se diz, “quem não deve não teme”. Quando eu fui inquirido pelo “reco”, respondi com firmeza e clareza: “Fui [a Foz do Iguaçu] gastar dinheiro”. O “reco” não gostou e tomou minha resposta por uma insolência; imediatamente me mandou descer do ônibus, indicar minha bagagem, abri-la e submeter-me a quaisquer outras ordens que ele e sua tropa de brucutus decidissem impor-me. Claro: todos devidamente armados, com fuzis e pistolas preparados para disparar. Respeito sob a mira da baioneta não tem muito valor. Quem não deve não teme: fiz questão de apressar as coisas e de mostrar minha bagagem (uma mochila de 60 litros); na verdade, como a maior preocupação do “reco” era com a minha “insolência”, tive que insistir que ele fosse, de fato, ver minha mochila. Como eu estava sendo submetido a um exame invasivo, perguntei a outro “reco” o motivo da inspeção; a resposta, de má vontade: “Faça o que mandam; eu não responderei nada”. Fiquei olhando o brucutu que se recusara a responder esvaziar minha mochila e intrometer-se em minha privacidade. O primeiro “reco” resolveu voltar à carga: “Que exemplo você

quer dar ao desafiar uma autoridade?”. Ora, o porte de fuzil e de pistolas não faz de ninguém uma autoridade. Ou melhor, fuzil e pistola não fazem de ninguém autoridade no Estado de Direito; com fascismo, comunismo e milícias/facções, a situação é outra. **Para militares, civis devem respeitar ‘autoridade’ por autoritarismo** Mas o fato é eu sou servidor civil público federal e, ainda mais, se isso tem algum valor, eu sou cidadão brasileiro no Estado de Direito; se havia alguma “autoridade” ali, era eu, não um “reco” prepotente. Foi o que eu disse – mais uma vez, com clareza e firmeza, mas agora escandalizado com a desfaçatez de ouvir uma carteirada de fuzil misturada com uma despropositada “lição de moral”. A essa altura, já estando claro que eu não tinha nada a esconder, aproximou-se de mim um outro soldado – aliás, o único identificado com nome e patente: sargento ***. Talvez em uma versão militar do “tira bom, tira mau”, ele começou a conversar e esclarecer com calma a situação. O que ele me perguntou foi o que o “reco” inicial perguntara; a minha resposta inicial foi a mesma:

“Fui [a Foz do Iguaçu] gastar dinheiro”. Ora, Foz é uma cidade cara, organizada de maneira a explorar ao máximo os turistas, com uma infraestrutura precária e com atendimento sofrível; para quem quer fazer turismo sem gastar rios de dinheiro, é uma cidade que exaure. O sargento *** ouviu minha resposta; em vez de entendê-la como uma insolência, deu uma leve risada e continuou a conversa; perguntou-me onde trabalho, o que faço da vida etc., ao que eu fui respondendo. Vale notar: eu afirmei e reiterei que conversava com calma, firmeza e sem medo. (Qual criminoso de estrada argumentaria assim?) O “reco” inicial voltou mais uma vez à carga, ameaçando-me e dizendo que fazia questão de “redigir o relatório” a meu respeito. Suponho que fosse um relatório de crimes, mas, como tudo até ali, isso não foi explicado, embora o tom adotado de ameaça agressiva fosse evidente. O sargento ***, em seu papel de “tira bom”, convenceu-se de que eu não tinha nada a esconder; congediu-me de volta ao ônibus e até me explicou do que se tratava (combate a tráfico de armas, drogas e pessoas). Agradei e dei boa-noite; mas faltava o documento de identificação. Com quem estava? Com o “reco” inicial. Ele não me entregou o

documento: jogou-o no colo (eu estava de braços cruzados); em face da ameaça de “relatório” contra mim, já cansado, eu perguntei em desafio se ele faria esse tal relatório; resposta: “Não tem relatório e não incomode”. Por fim, eu perguntei: “Qual sua patente?”; sua resposta foi a cereja do bolo: “Não tem patente, não tem nome, não tem nada e não incomode”. Certamente me perguntarão: por que, desde o começo, não respondeu ao militar do jeito que ele queria? Essa pergunta não faz sentido; ou melhor, até faz sentido, mas é profundamente degradante. Essa pergunta pressupõe que, mesmo no Estado de Direito, os cidadãos têm que temer os militares e devem tomar o máximo de cuidado para não ferirem as suscetibilidades dos recos. Se no Brasil estivéssemos em situações excepcionais, mantidas pela arbitrariedade dos fuzis, a minha resposta inicial teria sido fatal. Mas não vivemos nem no fascismo, nem no comunismo, nem o percurso da BR-277 (que é a rodovia que atravessa o Paraná e liga Foz do Iguaçu a Curitiba) está submetido a milícias e/ou facções. No setor privado e no serviço público civil, a minha resposta inicial não teria absolutamente nada de excepcional; o bom senso indica que bastaria um pouco de boa vontade para

seguir a conversa. Mas por que ela não foi aceitável para os militares? O motivo é tanto simples quanto, como já indicamos, é degradante. Minha resposta inicial foi inaceitável para os militares porque eles consideram que (1) as relações entre civis e militares devem espelhar as relações entre os próprios militares e, ainda mais, que (2) os civis devem respeitar os militares pura e simplesmente porque estes andam com fuzis e pistolas. Em outras palavras, ainda (ou novamente) em 2026, para os militares a autoridade não consiste em respeito inspirado em serviços verdadeiros e bem prestados; para os militares, os civis devem respeitar a sua “autoridade” com base em autoritarismo prepotente e em submissão servil. O comportamento do “reco” inicial foi apoiado por sua tropa e pelo “tira bom” sargento ***; dessa forma, não foi um comportamento excepcional. O problema não foi a frágil suscetibilidade do “reco” inicial; o problema é os militares considerarem que os civis, ou melhor, que os cidadãos devem temer, com servilismo, os fuzis e as pistolas. Em tal ambiente, pura e simplesmente não há e não é possível qualquer “cidadania”.

Gustavo Biscaia de Lacerda é sociólogo da UFPR e doutor em sociologia política.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Márcilio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Petrobras é campeã mundial em lucratividade

A Petrobras alcançou no 1º semestre de 2026 o 3º maior lucro (US\$ 16,6 bilhões) entre 10 grandes petroleiras, em levantamento feito pelo site Poder360, que amplia cálculos feitos por esta coluna sobre o lucro de algumas das maiores companhias de petróleo ocidentais no 2º trimestre.

Mas, em lucratividade, a Petrobras lidera: com receita de US\$ 57,1 bilhões, a estatal brasileira teve um índice de 29,1%, acima dos 24,7% da Saudi Aramco e mais que 2x maior que os 12,4% da estadunidense Chevron, que ficou na 3ª posição.

(A lucratividade é calculada dividindo-se o lucro líquido pela receita total e multiplicando o resultado por 100; o índice permite ver com clareza qual percentual do faturamento de uma empresa virou lucro.)

O resultado da Petrobras foi obtido, em sua maior parte, no 2º trimestre (lucro líquido de US\$ 10,4 bilhões), devido ao aumento do preço do barril de petróleo, recordes na produção própria no Brasil e na utilização do parque de refino, com Fator de Utilização (FUT) de 101%, ampliando a oferta de derivados no mercado nacional.

Segundo a empresa, o aumento na produção de petróleo favoreceu o crescimento das exportações no trimestre, que chegaram a quase 1 milhão de barris por dia (bpd). A produção de derivados atingiu 1,9 milhão de bpd, que representa um crescimento de 5,6% comparada ao primeiro trimestre de 2026, e possibilitou redução de 40% nas importações comparado com o trimestre anterior.

Judiciário na mira

Um dos temas que une os mais badalados candidatos à Presidência é a reforma do Judiciário. O diabo mora nos detalhes de cada plano.

Planos para empregado doméstico

O Instituto Doméstica Legal (IDL) lança o projeto Valorização e Dignidade do Trabalhador Doméstico. A iniciativa permite que empregados domésticos e diaristas tenham acesso, por meio de uma modalidade associativa, a benefícios nas áreas de saúde preventiva, odontológica e seguro de vida, com planos com custo reduzido. Mais informações em domesticalegal.org.br

Rápidas

O Museu Histórico Nacional (RJ) apresenta a Sala Petrobras — *Janela para Pequim: Portinari na China*, exposição do Projeto Portinari como contrapartida cultural da mostra *O Brasil de Portinari*, em cartaz no Museu Nacional da China, em Pequim. Visitação de 12 de agosto a 11 de outubro. Detalhes em portinari.org.br *** A ApexBrasil apresentará nesta terça-feira, 12h, em SP, o Plano de Diversificação de Exportações voltado ao apoio a empresas e setores brasileiros impactados pelas tarifas impostas pelos EUA. Será no WTC *** Caio Barbosa e Nathaly Diniz, da Lumx, participam de debates sobre IA e mercado financeiro digital no Blockchain Rio 2026, dias 12 e 13 *** O escritório Portela, Lima, Lobato e Colen Advogados (PLC) concluiu a reorganização societária, após a saída do sócio Humberto Portela, e passa a adotar a identidade Lima, Lobato e Colen Advogados *** O Barralife Medical Center realizará, nesta quarta-feira, 19h, palestra gratuita sobre o uso da IA na medicina, conduzida pelo oftalmologista Renato Fernandes. Inscrições pelo link disponível na bio do Instagram do Barralife.

Expectativa do mercado para inflação de 2026 cai para 5,02%

Estimativa para o IPCA recua pela sexta semana consecutiva

Pela sexta semana consecutiva, o mercado financeiro revê para baixo as expectativas que tem para a inflação em 2026. De acordo com o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira pelo Banco Central, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, a inflação oficial do país, deve fechar o ano em 5,02% no ano. A projeção está abaixo dos 5,16% projetados há quatro semanas e dos 5,03% projetados pelo boletim na semana passada.

Foram também revisadas para baixo as expectativas para a economia, com uma previsão de crescimento do Produto Interno Bruto de 1,98%, após cinco semanas consecuti-

vas com projeções estabe-lizadas em 1,99%.

Já as projeções para o câmbio estão estáveis em R\$ 5,20 há oito semanas, enquanto para a taxa básica de juros repetem as mesmas expectativas da semana pas-sada - de que a Selic fechará 2026 em 13,75%.

Os quatro índices de expectativas do mercado financeiro para os anos 2027 e 2028 apresentaram todos estabilidade em relação à semana anterior. O único que registrou variação foi o relativo ao PIB de 2027, que passou dos 1,57% pro-jetados há uma semana, para 1,52%.

Inflação, PIB e câmbio apresentaram, respectiva-mente, projeções de 4,22% (IPCA); R\$ 5,28 (cotação

do dólar); e 12% para o próximo ano. Para 2028, as projeções do mercado financeiro se mantiveram em 3,80% para a inflação; 2% para o PIB; 5,30% para a cotação do dólar; e 10,50% para a taxa Selic.

De acordo com a Agência Brasil, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), encerra-da no dia 5, a taxa Selic foi reduzida em 0,25 pon-to percentual, passando de 14,25% para 14% ao ano. Foi a quarta redução conse-cutiva dos juros básicos.

“A revisão do Focus mostra que a política monetária começa a alterar o com-portamento da economia, mas ainda não encerrou o trabalho. A inflação de 2026 caiu 0,09 ponto, para

5,03%, enquanto a projeção da Selic recuou 0,25 ponto, para 13,75%.” A opinião é de Letícia Moschioni, sócia da Finscale.

Segundo ela, “o mercado admite uma nova redução porque os juros continua-rão muito acima da infla-ção esperada, preservando uma restrição elevada sobre consumo, estoques e capital de giro. Para as empresas, o efeito mais importante apa-rece no ciclo financeiro. Ju-ros altos aumentam o custo de carregar estoques, ante-cipar recebíveis e financiar clientes e fornecedores. Ao mesmo tempo, a desace-leração global, a expansão agressiva das exportações chinesas e as barreiras co-merciais tornam custos e margens mais instáveis.”

Adesivo eleitoral pode levar à perda da cobertura de seguro

Motoristas que pretendem adesivar veículos com propaganda eleitoral ou utilizá-los em atividades de campanha nas eleições 2026 devem informar previamente a seguradora para evitar problemas em caso de sinistro. O alerta é da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg).

Segundo a vice-presiden-te da Comissão de Seguro Auto da entidade, Keila Farias, a adesivação com ma-terial eleitoral e o uso do automóvel em atividades de campanha podem ser con-siderados pelas seguradoras como aumento de risco, devido à maior exposição a acidentes, vandalismo e circulação em eventos pú-blicos.

Segundo a Agência Bra-sil, a FenSeg acrescenta que mudanças no perfil de uso do veículo sem atualização da apólice podem resultar em recusa de indenização por roubo, furto ou coli-são. As seguradoras argu-mentam que a utilização do carro para transporte de material de campanha, des-locamento de equipes ou atividades de apoio altera as

condições avaliadas quando o contrato foi firmado.

A entidade também des-taca que danos a adesivos, plotagens e envelopamen-tos geralmente não estão cobertos pelos seguros convencionais. Além disso, prejuízos decorrentes de tumultos, motins e atos de vandalismo costumam estar entre as exclusões previstas nos contratos.

Declaração do imposto sobre imóveis rurais pode ser feita por internet

A Receita Federal disponibiliza a par-tir desta segunda-feira a versão web do ser-viço Minhas Declarações do ITR, que permite preencher, transmitir, retificar e consul-tar online a Declaração do Imposto sobre a Proprieda-de Territorial Rural (DITR), sem necessidade de instalar programas no computador. O acesso será feito pelo Por-tal de Serviços da Receita Fe-deral (https://servicos.recei-

tafederal.gov.br/), com conta gov.br nível prata ou ouro.

O uso da plataforma será obrigatório para pessoas ju-rídicas e físicas proprietárias de imóveis rurais com área superior a 100 hectares. Pro-prietários de áreas de até 100 hectares também poderão apresentar a declaração por meio do Programa Gerador da Declaração (PGD ITR 2026).

A DITR é o documento usado para informar à Recei-

ta Federal os dados cadastrais do imóvel rural e de seu titu-lar, as áreas do imóvel e ou-tras informações necessárias para a apuração do Imposto sobre a Propriedade Territo-rial Rural (ITR).

Swegundo a Agência Bra-sil, devem apresentar a decla-ração os proprietários, usufru-tuários, titulares do domínio útil ou detentores de imóveis rurais, pessoas físicas ou ju-rídicas. Em situações espe-cíficas, a obrigação também

alcança condôminos, com-possuidores e inventariantes.

De acordo com a Receita Federal, o ambiente digital reúne, em um único local, declarações, recibos e do-cumentos relacionados ao ITR, além de oferecer re-cursos como pré-preenchi-mento de dados cadastrais e acesso por dispositivos móveis. A entrega da DITR fora do prazo está sujeita à Multa por Atraso na Entre-ga da Declaração (Maed).

Atrasar contas já faz parte da rotina de 78% dos brasileiros

A dificuldade para manter o pagamen-to das contas em dia já faz parte da rotina da maio-ria dos brasileiros. Pesquisa da fintech Onze em parceria com a Icatu Seguros, mostra que 78% dos entrevistados já deixaram de pagar ou atrasa-ram alguma conta por falta de dinheiro.

Desse total, 39% afir-

mam que essa situação ocorreu mais de cinco ve-zes, evidenciando que o problema vai além de epi-sódios pontuais e reflete uma fragilidade persistente no orçamento das famílias.

O levantamento ouviu 8.391 pessoas em todo o país entre 26 de maio e 1º de junho.

O resultado dialoga com indicadores do Banco Cen-

tral, segundo os quais as famílias brasileiras compro-metem, em média, 29,3% da renda mensal com o pagamento de dívidas, um patamar historicamente ele-vado.

Já o Índice de Descon-forto de Crédito (IDC), desenvolvido pelo FGVce-mif/Escola de Administra-ção de Empresas de São

Paulo (Eaesp) da Fundação Getulio Vargas, mostra que o lançamento do Novo De-senrola ainda não produziu uma redução relevante no desconforto de crédito das famílias brasileiras. Atuali-zado com os dados de maio de 2026, o indicador regis-trou 0,981, uma pequena queda em relação aos 0,990 observados em abril.

SEU DIREITO

O esvaziamento da tutela consumerista nos litígios financeiros

Por Tamiris Poit e Talita Oliveira

O mercado financeiro brasileiro passou por significativa democratização nos últimos anos. Produtos antes restritos a investidores especializados passaram a ser amplamente ofertados ao público por bancos, corretoras e assessores de investimento. Paralelamente, cresceu o número de demandas judiciais envolvendo COEs (Certificados de Operações Estruturadas), fundos de investimento, derivativos e demais produtos financeiros complexos.

Nesse contexto, surge uma reflexão inevitável: o Código de Defesa do Consumidor (CDC) continua sendo efetivamente aplicado nessas relações ou sua incidência tem se tornado apenas formal?

A Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. A premissa parece lógica: o investidor, ainda que possua elevado patrimônio ou experiência em aplicações financeiras, continua sendo destinatário de um serviço altamente técnico, estruturado por profissionais que detêm informações, conhecimentos e mecanismos de controle muito superiores aos seus.

Essa vulnerabilidade, aliás, não decorre necessariamente da condição econômica do consumidor, mas da assimetria técnica e informacional inerente à relação. Entretanto, a análise da jurisprudência recente revela um movimento que merece atenção.

Em alguns precedentes, os tribunais afastam expressamente a incidência do CDC, especialmente quando o investidor é pessoa jurídica ou demonstra elevado grau de sofisticação. Em recente julgamento envolvendo a XP Investimentos, por exemplo, o Tribunal de Justiça de São Paulo concluiu pela inexistência de hipossuficiência técnica em razão da atuação empresarial da investidora, afastando integralmente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Mais interessante, contudo, é uma segunda tendência. Em diversos julgados, os tribunais afirmam que o CDC é aplicável, mas, ao enfrentar o mérito da controvérsia, deixam de utilizar justamente os instrumentos que caracterizam a tutela consumerista. A vulnerabilidade técnica do investidor praticamente desaparece da fundamentação; a inversão do ônus da prova raramente é enfrentada; o dever de informação é analisado de forma predominantemente documental; e a solução do litígio passa a gravitar em torno da assinatura de termos de ciência, da entrega do Documento de Informações Essenciais (DIE), do perfil de suitability e da assunção dos riscos próprios do mercado.

Na prática, o julgamento aproxima-se muito mais da lógica do direito contratual empresarial do que propriamente da principiologia consumerista. Naturalmente, não se defende que todo prejuízo financeiro deva ser convertido em responsabilidade civil das instituições financeiras. O risco integra a própria essência do mercado de capitais e faz parte da dinâmica dos investimentos.

Todavia, também parece incompatível com a finalidade protetiva do Código de Defesa do Consumidor reduzir a análise judicial exclusivamente à existência de documentos assinados, sem examinar de forma efetiva a suficiência das informações prestadas, a adequação do produto recomendado ao perfil do investidor e o efetivo cumprimento dos deveres informacionais impostos pela regulamentação do mercado de capitais.

O verdadeiro desafio da jurisprudência contemporânea não consiste em escolher entre proteger o investidor ou prestigiar a autonomia privada. O desafio é preservar o equilíbrio contratual sem esvaziar os instrumentos jurídicos concebidos justamente para enfrentar a assimetria informacional existente nessas relações.

Quando a vulnerabilidade técnica, o dever de informação e os mecanismos próprios do direito do consumidor deixam de influenciar concretamente a solução do caso, a proteção consumerista passa a existir apenas no plano abstrato. Nesse contexto, um Código de Defesa do Consumidor apenas formal corre o risco de se transformar em um código sem efetividade.

Essa talvez seja uma das discussões mais relevantes para o futuro do contencioso envolvendo investimentos financeiros no Brasil. Afinal, aplicar o CDC não significa apenas reconhecê-lo no relatório da decisão, mas permitir que seus princípios efetivamente orientem a solução da controvérsia.

Tamiris Cruz Poit é coordenadora da equipe de Contencioso Corporativo e Talita Zirpoli Oliveira é advogada da LBZ Advocacia.

Dia dos Pais tem maior alta do varejo desde 2022

O varejo brasileiro registrou crescimento de 7,7% no faturamento durante o período do Dia dos Pais de 2026, na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA). Foi o maior avanço da data desde 2022. O levantamento da Cielo considera o período de 3 a 9 de agosto de 2026 comparado com 4 a 10 de agosto de 2025.

O resultado de 2026 é o melhor Dia dos Pais para o varejo desde o período de retomada pós-pandemia, tanto no canal físico quanto no e-commerce. O faturamento com as vendas pela internet avançou 12,1%, acima do crescimento de 6,6% registrado pelo varejo físico.

Nos últimos anos, o crescimento da data acelerou de forma consistente: alta de 2,3% em 2023, 5,5% em 2024, 5,9% em 2025 e 7,7% neste ano. O único período com desempenho superior foi 2022, ainda sob efeito da retomada do consumo pós-pandemia, quando o varejo total avançou 11,7% e o e-commerce chegou a saltar 33%.

Diferentemente do observado em datas como o Dia das Mães, o crescimento do Dia dos Pais não foi puxado pelos setores tradicionalmente associados a presentes. Os segmentos presenteáveis (Livrarias e Papelarias, Óticas e Joalherias, Cosméticos e Higiene Pessoal, Móveis/Eleto e Departamentos e Vestuário) somaram, no agregado, retração de 1,2%, com quedas em Vestuário (-2,9%) e Móveis, Eleto e Departamentos (-2%). Já os demais setores do varejo cresceram 9,6% no período, mostrando que o consumidor priorizou outras formas de celebrar a data.

Entre os segmentos que mais se destacaram estão Varejo Alimentício Especializado (13,8%) e Postos de Combustíveis (13,6%), refletindo o aquecimento de setores ligados a viagens e deslocação durante a data — movimento reforçado por Turismo & Transporte, que cresceu 10,9%. Drogarias e Farmácias também tiveram bom desempenho, com alta de 9,8%. Já entre

os presenteáveis, apenas Livrarias, papelarias e afins (11,9%) e Óticas e joalherias (7,6%) registraram crescimento relevante.

O macrossetor de Serviços foi o que mais cresceu no período, com alta de 10,5%, seguido por Bens não Duráveis, que avançaram 9,3%. Já Bens Duráveis apresentou leve retração de 0,2%.

“O Dia dos Pais de 2026 confirma uma mudança de comportamento que já vínhamos observando em outras datas comemorativas: o consumidor está trocando o presente físico tradicional por experiências e conveniência. O forte crescimento de setores como turismo, combustíveis e serviços mostra isso com clareza”, afirma Carlos Alves, vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo.

E-Commerce

O resultado consolida o e-commerce como o principal motor de crescimento da data. No entanto, o varejo físico mantém a importância. O resultado de 2026 é o melhor Dia dos

Pais desde o período pós-pandemia, tanto para o varejo físico quanto para o e-commerce.

Na análise regional, que considera apenas o varejo físico, Norte (15%) e Nordeste (13,6%) tiveram os melhores desempenhos, com crescimento em dois dígitos. Sudeste (5,3%), Centro-Oeste (4,8%) e Sul (4,4%) também registraram alta, ainda que em ritmo mais moderado.

Entre os estados, os destaques ficaram por conta do Pará (15,8%), Ceará (14,9%) e Bahia (14,3%), seguidos pelo Amazonas (12,9%). Na outra ponta, o Rio Grande do Sul teve o menor crescimento entre as unidades federativas, com alta de 2,4% — ainda positiva, mas bem abaixo da média nacional.

“O desempenho de estados como Pará, Ceará e Bahia foi um dos grandes destaques do Dia dos Pais este ano, com crescimento bem acima da média nacional. É um sinal positivo de que o consumo está aquecido em todas as regiões do país”, diz Carlos Alves.

Grupo SBF: Copa alavanca resultados com receita recorde de R\$ 2,2 bi

O Grupo SBF encerrou o segundo trimestre de 2026 com os melhores resultados de sua história, consolidando a estratégia construída ao longo dos últimos anos para a Copa do Mundo. A companhia registrou receita líquida recorde de R\$ 2,2 bilhões no período, crescimento de 22,1% em relação ao 2T25, além de Ebitda ajustado recorde de R\$ 248,9 milhões (48,7%) e lucro líquido ajustado de R\$ 141,9 milhões (62,7%).

Mais do que um evento comercial, o Mundial de 2026 representou a maior operação já realizada pelo Grupo SBF desde a aquisição da operação da Nike no Brasil. A preparação iniciada ainda em 2025 fortaleceu a estrutura comercial, logística e operacional da companhia, permitindo ampliar a disponibilidade de produtos e atender ao aumento da demanda em todos os canais. Como resultado, todas as metas estabelecidas para a Copa foram atingidas antes mesmo das quartas de final.

Desde o início das ven-

das até 31 de julho, o Grupo comercializou mais de 1,5 milhão de produtos relacionados ao Mundial, incluindo 1 milhão de camisas oficiais da Seleção Brasileira, volume 56,9% superior ao da última edição, 352 mil produtos oficiais licenciados da CBF, desenvolvidos pelas marcas próprias da Centauro (80,5% acima de 2022), e 169 mil bolas oficiais, tornando a Centauro a 4ª maior vendedora de bolas oficiais da competição do mundo e reforçando a força do Grupo na captura das oportunidades geradas pelo maior evento esportivo do mundo.

A expansão da receita veio acompanhada de evolução da rentabilidade. O lucro bruto manteve trajetória consistente, enquanto a margem Ebitda atingiu 11,3%, avanço de 2,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada principalmente pela maior diluição das despesas operacionais.

“O segundo trimestre mostrou a força da nossa estratégia e da execução integrada entre Centauro e Fisia. Nos preparamos durante todo o último ano para a Copa do Mundo e conseguimos transformar esse planejamento em resultados históricos, combinando crescimento, rentabilidade e excelência operacional”, afirma Gustavo Furtado, CEO do Grupo SBF.

Centauro

A Centauro registrou a maior receita líquida de sua história para um segundo trimestre, alcançando R\$ 1,1 bilhão, crescimento de 19,2% em relação ao mesmo período de 2025. O desempenho foi impulsionado pela expansão das lojas físicas (18,3%) e do canal digital (22%), reforçando a força da estratégia omnichannel da companhia. O GMV cresceu 34,4% no período, enquanto a margem bruta permaneceu em patamares históricos, atingindo 50,7%.

Durante a Copa do Mundo, a Centauro ampliou seu portfólio de produtos oficiais e licenciados da CBF, desenvolvidos pelo time

de marcas próprias, e realizou ativações comerciais em todas as suas 229 lojas. A combinação entre disponibilidade de produtos, execução comercial e operação integrada entre físico e digital permitiu capturar o aumento da demanda em todo o país.

A Fisia, distribuidora oficial da Nike no Brasil, também registrou o melhor trimestre de sua história, alcançando receita líquida de R\$ 1,3 bilhão, crescimento de 27,5% frente ao 2T25. O avanço foi sustentado pelo crescimento em todos os canais: atacado (36,1%), digital (29,7%) e lojas física (13,1%). A margem bruta atingiu 41,4%, expandindo 0,9 ponto percentual mesmo diante de um cenário ainda pressionado pelo câmbio.

O futebol foi o principal motor de crescimento da unidade. Além das camisas da Seleção Brasileira, o modelo Fan liderou as vendas durante a Copa, enquanto a estratégia de ampliação do portfólio elevou a participação dos modelos Match e Supporter em relação ao Mundial de 2022.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Política de Estado para fortalecer o agro no contexto global

A necessidade de uma política de Estado para impulsionar a competitividade do agro brasileiro e fortalecer o papel do país em uma economia global cada vez mais voltada à segurança alimentar, à energia sustentável e à proteção ambiental, foi o destaque das lideranças do setor na solenidade de abertura da edição histórica de 25 anos do Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), realizada nesta segunda-feira, em São Paulo. O evento, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em parceria com a B3, teve como tema “Agro & Indústria – integrando e transformando o Brasil”.

“Chegar a um quarto de século representa a maturidade de uma instituição que tem como missão antecipar tendências, compreender os grandes movimentos globais e contribuir para a construção de uma visão estratégica de longo prazo para o Brasil”, disse Ingo Plöger, presidente da Abag. Ele destacou que o Brasil construiu, nas últimas décadas, um agronegócio pujante e protagonista e o próximo passo é participar da construção das novas regras internacionais, agregando valor, criando mercados e contribuindo para um mundo mais sustentável.

Com essa visão, a Abag entregou ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, uma Agenda Estratégica da Agroindústria Brasileira, resultado de um amplo estudo que avaliou mais de 80 fatores, priorizados segundo sua urgência, impacto e horizonte de implementação. O documento reúne propostas para ações de curto, médio e longo prazo e representa uma contribuição da sociedade civil para a construção de uma verdadeira agenda de Estado.

Na solenidade de abertura, Alckmin reiterou a importância desta agenda para a agroindústria. “Estamos avançando para nos tornarmos o maior exportador de alimentos do mundo, superando os Estados Unidos”, pontuou. Sobre os acordos comerciais, lembrou que o acordo entre União Europeia e Mercosul resultou em crescimento de 4% nas exportações nos primeiros 60 dias de vigência e que o governo continua empenhado nas negociações com os Estados Unidos. Também trouxe dados do Ipea, que mostram que a reforma tributária poderá elevar o PIB em 12% em 15 anos, os investimentos em 14% e as exportações em 17%.

Luiz Masagão, vice-presidente de Produtos e Clientes da B3, reiterou que o mercado de capitais tem a proposta de apoiar o avanço do agronegócio brasileiro, conectando produtores e empresas aos recursos necessários para o setor. Até junho, as emissões de CPR somavam R\$ 470 bilhões, enquanto as LCA alcançavam R\$ 560 bilhões, os CRA, R\$ 170 bilhões, e os CDCA ultrapassavam R\$ 30 bilhões. Sobre a gestão de riscos, destacou a necessidade de avanço na precificação de commodities no mercado brasileiro, hoje fortemente influenciada por referências internacionais.

O Ministério da Agricultura e Pecuária vem trabalhando para ampliar o acesso a mercados e garantir o fornecimento de insumos estratégicos. “Já conquistamos 674 novos mercados para os produtos brasileiros e devemos superar a casa dos 700 mercados até o final do ano”, afirmou André de Paula, ministro da Agricultura e Pecuária, que ponderou que o país possui uma posição de destaque no agronegócio mundial, mas essa posição precisa ser consolidada todos os dias. “Quanto mais integrada estiver a cadeia, maior será nossa capacidade de competir no mundo e contribuir para o desenvolvimento do país.”

Para a senadora Tereza Cristina, o próximo governo precisa priorizar o agronegócio como política de Estado, garantindo previsibilidade e segurança jurídica para que o setor possa continuar exercendo seu papel de motor da economia e protagonista na segurança alimentar mundial. Na mesma linha, o deputado federal Arnaldo Jardim avaliou que é necessário transformar a resiliência do agro em uma estratégia de longo prazo, sustentada por políticas de Estado.

Participaram da solenidade de abertura Geraldo Melo Filho, secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Antonio Mello Alvarenga Neto, presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA); Ana Repezza,

Engie (EGIE3): resultado do 2T26, dinâmicas e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 2T26 da Engie com Gabriel Dantas, head de research na Brasil Horizonte.

Qual a sua avaliação sobre o resultado do 2T26 da Engie?

A Engie reportou um resultado robusto no 2T26. Tirando os efeitos não recorrentes, o Ebitda fechou em R\$ 1,8 bilhão. Com relação ao resultado financeiro, ele fechou em R\$ 875 milhões, acima da nossa expectativa, que estava entre R\$ 800 milhões e R\$ 840 milhões.

Considerando as duas principais verticais da companhia, geração e transmissão, a parte de geração teve uma redução de 100 MW médios em relação ao 2T25, o que, além de ter sido uma surpresa negativa, gerou uma pequena perda de Ebitda da vertical, que fechou em R\$ 1,5 bilhão. Já a parte de transmissão teve um Ebitda de R\$ 230 milhões, acima da nossa expectativa de R\$ 190 milhões, o que compensou a perda de receita de R\$ 51 milhões de reais observada no comparativo anual.

Cabe destacar que mesmo tirando os efeitos não recorrentes, a Engie possui um múltiplo de 8x, 9x, EV/Ebitda o que está em linha com a média do segmento de geração.

Qual a sua avaliação sobre a geração de caixa e o endividamento da Engie?

Em termos de geração de caixa e da sua perenidade em cenários adversos, a Engie é o player melhor posicionado em um cenário de queda de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Isso porque, como a companhia é uma geradora que tem grande parte de sua energia já contratada, ela não deve ter problemas em cenários de preços de energia mais baixos.

Contudo, ela também não vai capturar valor caso haja um cenário de subida dos preços de energia elétrica no curto prazo. Ou seja, ela tem uma geração de caixa constante e relativamente previsível se comparada a uma geradora descontratada, apesar de não capturar um efeito de curto prazo de energia mais cara.

Com relação ao endividamento, players de infraestrutura são alavancados por natureza devido a alta necessidade de investimentos. Dessa forma, a Engie, que tem mais de 50% de sua dí-



Gabriel Dantas

vida indexada ao CDI, pode ter um dos melhores retornos caso o Banco Central dê continuidade a trajetória de queda da Selic.

Onde a Engie faz o seu resultado?

De um Ebitda projetado de R\$ 7 bilhões para 2026, R\$ 6 bilhões virão da parte de geração e R\$ 1 bilhão da parte de transmissão e gás. A parte de transmissão possui R\$ 200 milhões de RAP (Receita Anual Permitida) para entrar em operação. Por exemplo, o Sistema de Transmissão Água Branca possui apenas 33% do total da sua RAP em operação, enquanto o Sistema de Transmissão de Graúna, 5%, sendo que a parte de transmissão possui uma margem Ebitda muito mais elevada.

A Engie está com um payout de 55%, pois está, justamente, reinvestindo em novos ativos para colocar RAP para dentro. Por mais que a parte de geração seja a âncora do resultado, com mais de 80% do Ebitda da empresa, o Ebitda de transmissão está crescendo, sendo que a TAG, apesar do mercado de gás ser um pouco mais regulado, também pode trazer bons retornos para a Engie ao longo do tempo.

Qual a sua avaliação sobre a capacidade da Engie em processar as empresas que ela compra?

A Engie é a empresa que melhor faz isso no Brasil, independente da incorporação de ativos no setor de geração e transmissão ser mais simples. Além da Engie ser uma boa alocadora de capital, ela tem conseguido colocar esses ativos em operação de forma muito rápida. Particularmente, eu não me lembro de um projeto da Engie que tenha dado problemas.

Aonde a Engie quer chegar?

A Engie quer continuar sendo a maior geradora de energia renovável do mundo. Se o governo passar a lei segundo a qual datacenters instalados no Brasil somente poderão rodar com energia renovável, ela estará muito bem posicionada para essa nova fase de demanda estrutural de energia.

Qual a sua avaliação sobre o desempenho da ação da Engie?

Quando saiu o laudo de avaliação para aquisição de Jirau, a ação da Engie foi avaliada a R\$ 30,50. Como a ação estava sendo negociada a R\$ 32, o mercado levou o preço da ação justamente para esse valor, se esquecendo que ele era sem Jirau, ou seja, a usina tem que ser somada ao valor da empresa. Isso dá uma oportunidade de entrada para o investidor que gosta de se expor a um setor que tem repasse inflacionário, a parte de transmissão e a parte de geração com energia descontratada a partir de 2029.

Qual a sua avaliação sobre o valor da ação da Engie?

Para quem gosta de ter uma carteira mais protegida, a Engie é um tremendo ativo, pois, ao longo da vida, não se vê, muitas vezes, um ativo de R\$ 40 bilhões com uma TIR (Taxa Interna de Retorno) real de 10%. Cabe destacar que essa TIR está neste patamar por causa do Tesouro Direto, que está com IPCA + 8%. Dessa forma, para quem gosta de empresas de compounding de longo prazo, a Engie pode ser uma boa oportunidade de compra.

Qual a sua avaliação sobre os proventos pagos pela Engie?

Anteriormente, a empresa distribuía 100% do

Divulgação Brasil Horizonte

seu lucro líquido ajustado, mas diminuiu o payout para 55%, o que é condizente com o seu momento. Por mais que ela esteja investindo, esperamos que ela volte a distribuir 100% do lucro líquido ajustado no futuro.

Como você está vendo as perspectivas da Engie?

Por mais que a demanda por energia seja crescente ao longo do tempo, se o governo passa uma lei determinando que datacenters instalados no Brasil somente poderão utilizar energia renovável, o PLD de energia renovável pode subir um pouco mais do que o PLD de energia convencional, o que deixaria a Engie muito bem posicionada. Isso porque, como a energia é mais barata no Brasil, isso pode facilitar a construção de datacenters aqui para atendimento, por exemplo, dos Estados Unidos, o que poderia fazer com que o preço da energia subisse.

Explicando melhor, em um cenário de PLD subindo muito, a Engie não está tão bem posicionada quanto a Axia, que tem grande parte da sua energia descontratada. Nesse tipo de cenário, o ideal é estar posicionado em uma geradora descontratada, pois como os seus preços não estão dados, ela pega a subida do preço da energia, mas se o preço está flat ou caindo, é melhor estar em uma geradora contratada, pois ela tem o contrato garantido.

No caso da Engie, enquanto o seu preço médio de venda está em R\$ 210 por MW, o seu PLD está em R\$ 230, ou seja, a parte descontratada está ganhando mais dinheiro do que a parte contratada, mas isso não quer dizer que essa posição não possa ser invertida no futuro.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, nos termos dos estatutos da Entidade e conforme a legislação vigente, convoca os jornalistas empregados na TV Globo, município do Rio de Janeiro, para participarem de duas Assembleias Gerais Extraordinárias presenciais nas seguintes datas: dia 11 de agosto de 2026 às 12h, em primeira convocação com o quórum estatutário, e às 12h 30m, em segunda convocação, com qualquer número de presenças, até às 14 horas a ser realizada no ION na Avenida das Américas, 1650, bloco 5, 1º andar, sala 102; e em 12 de agosto de 2026 na Rua Lopes Quintas 303, Sala Multiuso, Térreo, no bairro Jardim Botânico, nos seguintes horários: às 12h, em primeira convocação com o quórum estatutário, e às 12h 30m, com qualquer número de presenças, até às 14 horas para ser votada a seguinte pauta em ambos os dias citados: 1) aprovação ou rejeição da proposta relativa ao PLR enviada pela empresa relacionada ao ano de 2026; 2) Deliberação sobre a Taxa de Contribuição Assistencial; 3) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2026.

Vergínia Dirami Berriel

Presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Embraer: Receita recorde de R\$ 11,3 bi no 2T26

Defesa & Segurança voltou a ser destaque

A Embraer (B3: EMBJ3 / NYSE: EMBJ), uma das líderes globais da indústria aeroespacial, registrou R\$ 11,3 bilhões em receitas no segundo trimestre de 2026 (2T26), estabelecendo novo recorde para o período abril-junho. Na comparação com um ano atrás, o crescimento foi de 10%.

No resultado consolidado, a Embraer atingiu R\$ 1,5 bilhão no Ebit ajustado, com margem de 13,4% no 2T26. Já o fluxo de caixa livre ajustado sem Eve foi de R\$ 2 bilhões no trimestre, refletindo o forte desempenho operacional da empresa, entradas de caixa relacionadas a vendas e um crédito tributário extraordinário.

O crédito tributário, a isenção de tarifas e a melhora de perspectiva nos negócios fizeram a companhia elevar suas projeções para o ano como um todo. A partir de agora, as perspectivas para o fe-

chamento de 2026 são de margem Ebit ajustada entre 10% e 10,6% (acima da faixa anterior de 8,7% a 9,3%) e fluxo de caixa livre ajustado sem Eve de US\$ 400 milhões ou maior (acima da estimativa anterior de US\$ 200 milhões ou maior).

Durante o 2T26, também houve crescimento no lucro líquido ajustado, que chegou a R\$ 1,1 bilhão (no mesmo trimestre de 2025, era de R\$ 890,3 milhões). Houve aumento expressivo nas métricas de retorno para investidores, com lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 1 bilhão e lucro líquido por ação de R\$ 1,5161 (um ano antes, os valores estavam em R\$ 448,9 milhões e R\$ 0,6120, respectivamente).

Na linha de investimentos, a Embraer reportou R\$ 609,2 milhões no 2T26 (frente a R\$ 576,5 milhões no 2T25). Incluindo Eve, o total é de R\$ 760,6 milhões

(no ano anterior, este valor estava em R\$ 828,5 milhões).

Defesa & Segurança voltou a ser destaque no trimestre, com receita em R\$ 1,5 bilhão – um aumento de 22% na comparação ano a ano. O resultado se deve ao maior reconhecimento de receitas do KC-390 Millennium, relacionado à carteira de clientes e ao estágio de produção. A margem bruta aumentou de 19,6% para 20,6% em relação ao ano anterior, enquanto a margem Ebit ajustada saiu de 9,3%, para 12%, impulsionadas pela alavancagem operacional.

A Aviação Executiva teve receita de R\$ 3,7 bilhões no 2T26 e aumento de 19% ano contra ano, devido ao maior volume de entregas e mix de produtos. Em Serviços & Suporte, a receita foi de R\$ 2,9 bilhões no período, 11% acima do alcançado um ano antes – em razão de maiores volumes em todos os segmentos. E

na Aviação Comercial, a receita foi de R\$ 3,2 bilhões, com redução de 2% em relação ao 2T25, refletindo principalmente a apreciação do real frente ao dólar – que mais do que compensou o maior volume de entregas.

A Embraer entregou 65 aeronaves no 2T26, registrando seu melhor desempenho para o período nos últimos 16 anos. O total representa crescimento de 7% na comparação com o 2T25. No semestre, a Embraer entregou 109 aeronaves, cerca de 20% a mais do que as 91 entregues no 1S25 – resultado do progresso contínuo das iniciativas da companhia para o nivelamento da produção.

A carteira de pedidos da empresa atingiu US\$ 34,5 bilhões no segundo trimestre (2T26). Em trajetória ascendente há sete trimestres, o valor é recorde mais uma vez – com avanço de 16% em relação ao patamar atingido no mesmo período do ano passado (2T25).

veis em todo o país, com fatos e descrições detalhadas, e acompanhar os cronogramas dos leilões. Após a divulgação dos resultados, os vencedores são orientados sobre a emissão dos documentos e os procedimentos para pagamento previstos em edital.

Após confirmar que sua proposta foi vencedora, você solicita em qualquer agência da Caixa a Nota de Arrematação e a Guia de Pagamento referentes a essa nota e realiza o pagamento integral da guia no dia da divulgação do resultado ou até o primeiro dia útil subsequente.

O pagamento deve ser efetuado, preferencialmente nas agências da Caixa ou através de boletos com código de barras em qualquer Instituição Financeira. As guias com valor superior a R\$ 2.000,00 deverão ser pagas, obrigatoriamente, por meio de boleto bancário.

Seguros: R\$ 207,12 bi de receitas no semestre

Nos seis primeiros meses do ano, o setor supervisionado pela Susep registrou receitas de R\$ 207,12 bilhões, montante 0,52% superior, em termos nominais, ao observado no mesmo período de 2025, quando foram registrados R\$ 206,05 bilhões.

O resultado está na nova edição do Boletim Susep (da Superintendência de Seguros Privados) reúne informações sobre o desempenho dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro no primeiro semestre de 2026. No período, as indenizações, resgates, benefícios e sor-teios somaram R\$ 126,17 bilhões, representando uma redução nominal de 3,93% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Os seguros de danos e pessoas, excluindo o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), registraram receitas acumuladas de R\$ 113,86 bilhões, com crescimento nominal de 6,51% na comparação com os seis primeiros meses de 2025. Entre os seguros de danos, o seguro auto alcançou R\$ 30,73 bilhões em prêmios, com alta nominal de 6,29% e real de 1,86%. Nos seguros de pessoas, o seguro de vida apresentou crescimento nominal de 10,29% e real de 5,70% no período.

Nos produtos de acumulação, a arrecadação de contribuições superou o pagamento de benefícios e resgates em R\$ 4,15 bilhões no acumulado do ano até junho. No resseguro, R\$ 15,27 bilhões dos prêmios emitidos pelas seguradoras foram cedidos ao segmento nos seis primeiros meses de 2026.

Prêmios emitidos: R\$ 94 bi

Nos cinco primeiros meses deste ano (de janeiro a maio) as seguradoras registraram R\$ 94 bilhões em prêmios emitidos, crescimento de 6,5% em comparação com o mesmo período de 2025. Os seguros de vida representaram aproximadamente 50% dessa expansão, sendo o seguro doenças graves ou doença terminal responsável pela maior variação: 19,7%. Os dados são do IRB + Inteligência, plataforma de dados do IRB(Re).

No acumulado do ano, a sinistralidade foi de 37,4%, recuo de 4,6 pontos percentuais (p.p.) ante o mesmo período de 2025. Na análise, apenas o segmento de automóvel apresentou elevação da sinistralidade, enquanto os demais registraram redução no indicador. Em maio, o setor registrou a menor sinistralidade do ano, de 35,8%, recuo de 8 p.p. em relação ao mesmo mês de 2025.

O Boletim IRB + Mercado aponta que as seguradoras cederam R\$ 12,4 bilhões

em resseguro no acumulado dos cinco primeiros meses do ano. No período, o lucro líquido do setor somou R\$ 18 bilhões, avanço de 14,5% frente ao recorte de janeiro a maio do ano anterior.

Vida cresceu 10,3%

Em maio, o segmento Vida apresentou faturamento de R\$ 7 bilhões e crescimento de 10,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior, com destaque para as coberturas prestamista (29,7%) e vida (9,2%). No acumulado do ano, o setor progrediu 9%. A sinistralidade total recuou 1,5 p.p., com acumulado de 26,1%, menor índice desde 2014.

Após registrar 16% em março e 7,9% em abril, Automóvel retornou, em maio, a um ritmo mais moderado de expansão, encerrando o mês com alta de 3% e faturamento de R\$ 5,1 bilhões. No acumulado de janeiro a maio, o aumento foi de 5,9%. A sinistralidade acumulada ficou em 60,8%, variação de 0,9 p.p. ante os cinco primeiros meses do ano anterior.

Após a retração em abril, Seguros Corporativos de Danos e Responsabilidades voltou a crescer em maio, com alta de 3,1% e faturamento de R\$ 3,5 bilhões. Destaque para as linhas de negócio riscos diversos (15,2%) e habitacional (11,9%). No acumulado até maio, a sinistralidade do segmento caiu 15,8 p.p., encerrando o período em 29,4%.

Em maio, Seguros Individuais Contra Danos teve faturamento de R\$ 1,7 bilhão, crescendo 6,5% na comparação interanual e 9% no acumulado do ano.

O avanço do faturamento em ambos os períodos foi explicado pela alta do seguro fiança locatícia. A sinistralidade diminuiu 1,1 p.p. no acumulado de janeiro a maio em comparação com o mesmo período do ano anterior, encerrando em 28,6%, menor índice desde 2014.

O segmento Rural encerrou o mês de maio com faturamento de R\$ 780 milhões, queda de 16%, o maior recuo observado no ano. No acumulado de janeiro a maio, o setor retraiu 5%. Nos cinco primeiros meses de 2026, a sinistralidade reduziu 9,1 p.p., alcançando 27,4%.

O Crédito e Garantia alcançou a maior variação entre os segmentos, com crescimento de 16,7% em maio, com destaque, sobretudo, para o produto Garantia Segurado – Setor Público, que avançou 20,9%. No acumulado até maio, o segmento cresceu 26,8%, também impulsionado pelo desempenho desse produto. No acumulado até maio, a sinistralidade recuou 11,8 p.p., encerrando o período em 30,4%.

Caixa: leilão de joias com lances 100% pelo site

A Caixa Econômica Federal realiza até esta terça-feira o primeiro leilão de joias 100% online. O banco público movimenta bilhões de reais por ano na sua carteira de Penhor — cujos itens não resgatados vão a leilão para recuperação de crédito.

Em termos de mercado e contratos firmados nos últimos três anos, a instituição registrou cerca de R\$ 15 bilhões em 2023, subiu para mais de R\$ 17 bilhões em 2024 e alcançou mais de R\$ 6 bilhões nos primeiros quatro meses de 2025.

O certame, que começou na última quinta-feira (6), reúne anéis de ouro, brincos, pulseiras, colares, abotoaduras, diamantes e outras pedras preciosas, barras de ouro, moedas, peças especiais e de grife, como relógios e canetas, por exemplo, podem ser vistos e comprados virtualmente.

O penhor é oferecido apenas pela Caixa e é uma das linhas de crédito mais antigas. Após avaliação da joia que será penhorada e da assinatura do cliente o dinheiro é liberado.

Os editais, calendários de chamadas e lotes de peças disponíveis são divulgados publicamente na plataforma oficial da Caixa. Podem participar, Pessoa física e jurídica.

Modelo virtual

No leilão virtual, os clientes podem consultar lotes e registrar suas ofertas diretamente pelo site Vitrine de Joias (<https://vitrinedejoias.caixa.gov.br/Paginas/default.aspx>). Antes, os lances eram registrados diretamente nos caixas eletrônicos do banco. “A iniciativa permite que os interessados acompanhem e participem dos leilões de qualquer lugar”, ressaltou o

banco público.

A Vitrine de Joias reúne bens oferecidos como garantia em operações de penhor. Quando não são resgatadas pelos clientes no prazo acordado ou eles não renovaram seus contratos após o vencimento. As joias são disponibilizadas para venda em leilão, com o objetivo de recuperar o crédito concedido.

O contrato de penhor possui um prazo determinado no momento da contratação, que pode ser renovado. Após 30 dias do vencimento sem o pagamento, o banco tem o direito de incluir o bem na lista de leilões, sem a necessidade de aviso prévio por via judicial.

Os interessados em participar dos leilões devem ter cadastro de cliente comprador da Caixa e senha para registro de propostas. Na Vitrine de Joias, é possível consultar os lotes disponí-

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444